

# Futuro Sustentável

## *Manual do Plano de Acção*

### **Ordenamento do Território, Espaços Verdes e Áreas Naturais**

#### **Como participar?**

Prazo para participação: 31 de Março de 2006

Promotor



Equipa técnica



**CATÓLICA**  
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA  
ESCOLA SUPERIOR DE BIOTECNOLOGIA



GRUPO DE  
ESTUDOS  
AMBIENTAIS



# 1. Introdução

A fase mais importante do Futuro Sustentável é, sem dúvida, a do Plano de Acção. É através deste que serão desenvolvidas propostas concretas para as questões prioritárias identificadas – as quais, por sua vez, foram analisadas no Diagnóstico de Ambiente já divulgado e disponível em <http://www.futurosustentavel.org>.

Este Manual constitui, assim, um guia para auxiliar todos aqueles que pretendam participar activamente na elaboração do Plano de Acção.

## 1.1. Orientações estratégicas

As linhas estratégicas definidas para este tema são:

1. Concretizar os processos em curso de classificação de áreas protegidas (integradas na Rede Nacional) e aumentar as áreas com vegetação autóctone (como elementos potenciadores de biodiversidade e prevenção de incêndios), apostando na criação de corredores ecológicos
2. Valorizar os espaços agrícolas e florestais, reforçar a ruralidade e potenciar o seu valor ecológico, cultural, patrimonial e paisagístico, criar espaços de lazer e educação para a sustentabilidade, incorporando os territórios não construídos como elementos activos no planeamento
3. Promover boas práticas em termos de gestão florestal, aplicar o modelo ZIF (Zonas de Intervenção Florestal) como referência para a gestão sustentável dos espaços florestais e envolver os cidadãos, instituições e agentes locais em acções de defesa da floresta contra incêndios
4. No âmbito dos processos de revisão em curso dos PDM, conter as alterações ao uso do solo, integrar a estrutura ecológica regional proposta, reforçar os processos de participação pública e articular o planeamento ao nível regional
5. Incorporar critérios de sustentabilidade no planeamento urbano e na gestão dos espaços rurais, florestais e zonas verdes (promoção do urbanismo sustentável).

## 1.2. Plano de Acção

A realização do Plano de Acção irá identificar “projectos âncora” e “modelos de intervenção”. Os **projectos âncora** dizem respeito a corredores ecológicos e centros de ruralidade, a par da criação de áreas protegidas integradas na Rede Nacional, funcionando como projectos demonstrativos. Terão uma localização geográfica específica, de acordo com a avaliação de prioridades.

Os **modelos de intervenção** irão definir metodologias e recomendações para cumprir os restantes objectivos apresentados, funcionando como “manuais de boas práticas”. Serão de aplicação generalizada.

### 1.3. Instruções para participar

Para contribuir com sugestões e propostas concretas para o Plano de Acção deverá:

- Ler este documento, que explica detalhadamente os temas em análise e o tipo de informação que deve submeter, relacionada com a criação de **corredores ecológicos** e **“centros de ruralidade”**
- Preencher a ficha de participação e enviá-la juntamente com os elementos anexos necessários, **até 31 de Março de 2006**. Em caso de dúvida contacte-nos.

Escola Superior de Biotecnologia  
Grupo de Estudos Ambientais  
Rua Dr. António Bernardino de Almeida  
4200-072 Porto  
Tel.: 22 558 00 32 / Fax: 22 509 03 51  
contacto@futurosustentavel.org

#### **PARTICIPAÇÃO:**

**Tem a possibilidade única de influenciar os projectos que vão ser implementados na região nos próximos anos. Não perca esta oportunidade, antes que seja tarde.**

**O seu papel é propor áreas para a criação de “CORREDORES ECOLÓGICOS” e “CENTROS DE RURALIDADE”.**

**Se pretender poderá igualmente apresentar sugestões para os restantes objectivos.**

## 2. Corredores ecológicos e áreas de vegetação natural

O Grande Porto estaria no passado ocupado essencialmente por bosques dominados por carvalhos, sobreiros, salgueiros e/ou amieiros, à excepção de alguns “biótopos particulares”, em que se incluem fundamentalmente os ambientes litorais e áreas rochosas.

O que hoje encontramos são fundamentalmente áreas urbanizadas, campos agrícolas e explorações silvícolas de espécies exóticas (pinheiro-bravo e eucalipto).

Os habitats naturais estão reduzidos a pequenas áreas geograficamente dispersas, num total de apenas 1,22% do território.

Esta acção tem como objectivo **criar corredores ecológicos** e áreas de vegetação natural enquanto elementos potenciadores da biodiversidade e da prevenção de incêndios. Uma das medidas-chave será a reflorestação com espécies autóctones.

**A sua tarefa é ajudar-nos a identificar os locais prioritários.**

### 2.1. Critérios da intervenção

As zonas de vegetação natural a recuperar e a criar deverão ser seleccionadas de acordo com os seguintes critérios:

- Importância em termos de conservação da natureza e protecção ambiental (fauna, flora, ar, água e solo), e articulação com outras intervenções como a recuperação de linhas de água
- Potencial para a prevenção de fogos florestais, nomeadamente localização em áreas de maior risco de incêndio (em especial interfaces entre espaços rurais e urbanos), bem como áreas de reabilitação de ecossistemas afectados por incêndios
- Potencial para promoção da utilização social dos espaços, com adequada harmonização das múltiplas funções desempenhadas, reforçando os aspectos paisagísticos, culturais e científicos e favorecendo as intervenções integradas com a criação de ciclovias, caminhos pedestres e espaços de lazer/educação ambiental
- Contexto favorável para o envolvimento dos proprietários e dos restantes agentes, entre os quais as Autarquias, Instituições de Ensino, Organizações Não Governamentais e Empresas
- Classificação compatível em termos de instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente no Plano Director Municipal, bem como a integração em áreas da Rede Natura 2000, Zonas de Intervenção Florestal, etc.
- Integração na proposta de Estrutura Ecológica Metropolitana e potencial para a criação de Corredores Ecológicos, com destaque para os espaços litorais, fluviais e de montanha.

## 2.2. Ficha de participação

Utilize esta ficha para nos fazer chegar as suas sugestões relativamente ao objectivo de **criação de corredores ecológicos e áreas de vegetação natural**.

Preencha-a com tanta informação quanto possível e anexe eventuais elementos. Todas as sugestões serão consideradas e terão uma resposta individual.

<b>Nome</b>			
<b>Endereço</b>			
<b>Código postal</b>		<b>Concelho</b>	
<b>Correio electrónico</b>			
<b>Telefone / telemóvel</b>			
<b>Instituição e cargo</b> (se aplicável)			
<b>É parceiro local do projecto?</b>	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não, mas quero mais informações

Informação a fornecer para cada espaço proposto	
<b>Designação do espaço</b>	
<b>Localização</b> (Concelho/Freguesia)	
<b>Área aproximada</b> (indicar unidades)	Se possível incluir elementos cartográficos
<b>Características ecológicas</b> (estado da vegetação, valor ambiental...)	

<p><b>Proprietários e utilizadores</b> (utilização dada ao espaço e aspectos sociais mais relevantes)</p>	
<p><b>Instrumentos de planeamento</b> (classificação de acordo com Plano Director Municipal, Plano de Ordenamento da Orla Costeira, Rede Natura...)</p>	
<p><b>Conflitos</b> (conflitos existentes ou que poderão surgir com a intervenção)</p>	
<p><b>Incêndios florestais</b> (informação sobre ocorrências verificadas nos últimos anos e riscos existentes)</p>	
<p><b>Potencialidades identificadas</b> (em termos ambientais, económicos e sociais)</p>	
<p><b>Parceiros potenciais</b></p>	
<p><b>Outras informações</b></p>	

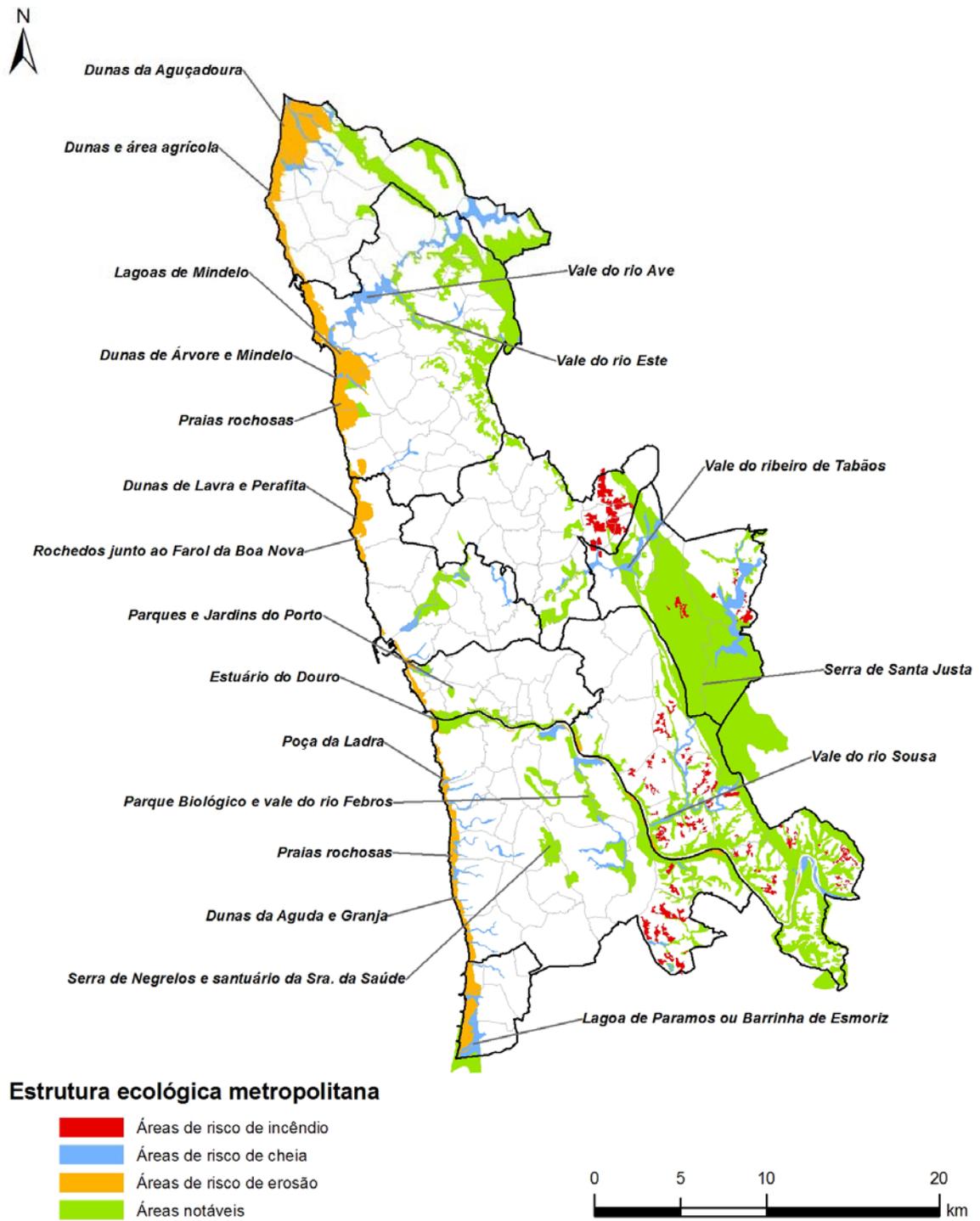


Figura 1 – As áreas fundamentais a proteger

Fonte: Proposta de Estrutura Ecológica Fundamental para a Área Metropolitana do Porto  
CCDR-N/CIBIO (2004)

### 3. Centros de Ruralidade

O **Espaço Rural** deve ser valorizado no contexto metropolitano tendo em conta a importância fundamental que desempenha para:

- O suporte de sistemas fundamentais (água, ar, solo, fauna e flora)
- A qualidade da paisagem
- A manutenção de um sistema produtivo viável
- A coesão do tecido social
- A defesa do património cultural.

O espaço rural é essencial para a manutenção da **biodiversidade**, entendendo-se o seu interesse numa perspectiva de património genético da humanidade e de manutenção do funcionamento dos ecossistemas.

O espaço rural pode ainda ser o suporte para actividades associadas ao turismo rural (hotelaria/restauração/recreio) e à educação ambiental. Está ainda associado a um estilo de vida com procura crescente por parte dos habitantes da “cidade”.

A criação de “**centros de ruralidade**” tem como objectivo fundamental valorizar os territórios não urbanos – agrícolas, florestais e naturais – enquanto possuidores de qualidades e potencialidades próprias (biofísicas, culturais, paisagísticas, produtivas, científicas, recreativas, educativas, etc.). Deverá permitir incorporar áreas não urbanizáveis, nomeadamente de Reserva Ecológica e Agrícola Nacionais, como elementos activos no planeamento. A Estrutura Ecológica Metropolitana / Municipal deverá funcionar como elemento aglutinador e potenciador destas novas funções.

Deverá ser promovida a agricultura associada à floresta e à pastorícia, bem como a agricultura associada ao espaço urbano. Os projectos deverão assegurar a melhoria do rendimento global dos agricultores, produtores e utilizadores dos sistemas florestais, como forma de viabilizar a gestão florestal activa.

Ao contrariar o “abandono” dos espaços rurais e promover a sua dinamização, será possível inverter as tendências negativas que estão associadas à deflagração e propagação de muitos dos incêndios florestais que ocorrem no Grande Porto, conforme referido no Diagnóstico Ambiental. Os Centros poderão ainda constituir contextos de envolvimento das comunidades, instituições e actores locais em iniciativas de defesa da floresta contra incêndios.

Em **síntese**, pretendemos desenvolver projectos que promovam os núcleos rurais através da recuperação do património construído e cultural (ex. criação de ecomuseus), dinamização da agricultura (ex. projectos de agricultura biológica e criação de laços entre consumidores e produtores, estilo “Community Supported Agriculture”), projectos abertos à participação dos cidadãos (ex. “hortas pedagógicas”), espaços de lazer (ex. parques de merendas), centros de educação ambiental (ex. “quintas pedagógicas”), turismo rural e eco-turismo (ex. redes de percursos pedestres e ciclovias).

### **3.1. Critérios da intervenção**

A selecção das áreas a promover como “centros de ruralidade” deverá considerar os seguintes critérios:

- Dinamismo da actividade agrícola
- Existência de um património construído significativo (quintas, moinhos...), associado a património cultural relevante
- Existência de infra-estruturas para acolhimento do público
- Importância em termos de conservação da natureza e protecção ambiental (fauna, flora, ar, água e solo), bem como a existência de valores paisagísticos relevantes
- Localização em áreas de risco elevado de incêndio
- Classificação compatível em termos de instrumentos de planeamento, nomeadamente a abrangência de território classificado como Solo Rural, Reserva Agrícola e Ecológica Nacionais, Estrutura Ecológica Metropolitana / Municipal. Note-se que os centros poderão igualmente incluir áreas urbanas ou urbanizáveis
- Potencial para promoção da utilização social dos espaços, com adequada harmonização das múltiplas funções desempenhadas
- Contexto favorável para o envolvimento de diferentes agentes locais, em especial agricultores e proprietários florestais

**A sua tarefa é ajudar-nos a identificar os melhores locais para a criação destes espaços, a que chamamos “centros de ruralidade”.**

### 3.2. Ficha de participação

Utilize esta ficha para nos fazer chegar as suas sugestões relativamente ao objectivo de **criação de centros de ruralidade**.

Preencha-a com tanta informação quanto possível e anexe eventuais elementos. Todas as sugestões serão consideradas e terão uma resposta individual.

<b>Nome</b>			
<b>Endereço</b>			
<b>Código postal</b>		<b>Concelho</b>	
<b>Correio electrónico</b>			
<b>Telefone / telemóvel</b>			
<b>Instituição e cargo</b> (se aplicável)			
<b>É parceiro local do projecto?</b>	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não mas quero mais informações

Informação a fornecer para cada espaço proposto	
<b>Designação do núcleo rural</b>	
<b>Localização</b> (Concelho/Freguesia)	
<b>Área aproximada</b> (indicar unidades)	Se possível incluir elementos cartográficos
<b>Actividades agrícolas</b> (actuais e potenciais)	

<p><b>Património cultural e construído</b> (incluindo estado de conservação)</p>	
<p><b>Gestão florestal</b></p>	
<p><b>Características ecológicas e paisagísticas</b> (fauna, flora, água, solo...)</p>	
<p><b>Instrumentos de planeamento</b> (classificação de acordo com Plano Director Municipal...)</p>	
<p><b>Conflitos</b> (conflitos existentes ou que poderão surgir com a intervenção)</p>	
<p><b>Incêndios florestais</b> (informação sobre ocorrências verificadas nos últimos anos e riscos existentes)</p>	

<b>Potencialidades identificadas</b> (em termos de lazer, turismo, educação...)	
<b>Parceiros potenciais</b>	
<b>Outras informações</b>	